



Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria

ISSN: 1983-4659

rea@smail.ufsm.br

Universidade Federal de Santa Maria
Brasil

Descovi Schimith, Cristiano; Victor Reis Alves, João; Carolina Salgado Fonseca, Roberta
O desenvolvimento de ações sócio-produtivas em
associações de agricultura familiar na região amazônica
Revista de Administração da Universidade Federal de
Santa Maria, vol. 11, núm. 2, Esp., 2018, pp. 881-893
Universidade Federal de Santa Maria
Santa Maria, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273458851007>

- Como citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica Redalyc

Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso
abierto

O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES SÓCIO-PRODUTIVAS EM ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO AMAZÔNICA

Data de submissão: 11/10/2018

Aceite: 01/11/2018

Cristiano Descovi Schimith¹

João Victor Reis Alves²

Roberta Carolina Salgado Fonseca³

RESUMO

A Agricultura familiar possui como características a gestão de recursos compartilhada, a fonte de renda, diversidades produtivas, locais de trabalho e as moradias dos agricultores, portanto desenvolver ações sócio-produtivas trazem progresso para a economia, principalmente por fomentar o empreendedorismo junto às associações. Diante disto, esta pesquisa objetiva analisar o panorama das associações de agricultura familiar nos municípios de Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém e Santa Izabel a fim de identificar demandas e propor ações sócio-produtivas voltadas à gestão e contabilidade, promovendo o desenvolvimento do Empreendedorismo Social na região amazônica. Para tanto, foi realizada uma pesquisa Participante de abordagem qualitativa e com objetivo exploratória para identificar as demandas locais das associações pesquisadas. Os resultados apontam que ao identificar as demandas e por consequente realizar as ações sócio-produtivas, os associados se mostraram mais participativos, desenvolvendo ações empreendedoras, melhoraram o trato e a responsabilidade do orçamento financeiro familiar, apresentaram maior interesse em desenvolver ações empreendedoras junto as associações que por consequente se qualificaram para obter acesso as chamadas públicas, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável local.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura Familiar; Contabilidade; Empreendedorismo Social; Sustentabilidade; Amazônia.

1 Graduado em Administração com Habilitação em Comércio Exterior, Doutor em Engenharia de Produção e Sistemas. Professor da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará – FACICON/UFPA. Belém – PA. Brasil. E-mail: cristiano.schimith@gmail.com

2 Aluno discente da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará – FACICON/UFPA. Belém – PA. Brasil. E-mail: joaoralves@outlook.com

3 Aluno discente da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará – FACICON/UFPA. Belém – PA. Brasil. E-mail: roberta.fonseca.s18@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Cerca de 90% do total de estabelecimentos rurais no mundo são classificados como Agricultura Familiar (AF) (FAO, 2014). São características fundamentais da AF a gestão familiar compartilhada, o local de trabalho, a moradia, a fonte de renda e a diversidade produtiva, sendo que, todas estas estão alinhadas à dependência intrínseca com a terra.

No Brasil, a AF representa 36,11% da produção nacional de alimentos (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2014), sendo relevante e determinante quando se trata dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, o que coloca o agricultor familiar em papel de destaque no tocante à cadeia produtiva responsável pelo abastecimento do país (GOMES, 2008).

Segundo Hurtienne (2005), ao contrário da ideia de atraso e miséria associada à agricultura familiar, este sistema sócio-produtivo tem se destacado de forma agroecológica e socioambientalmente responsável. Dados mostram que a agricultura familiar representa 84,40% do total de estabelecimentos rurais no país e emprega 74,40% da mão de obra do setor agrícola (IBGE, 2009).

Apesar da importância da agricultura familiar e da representatividade na geração de emprego e renda, este setor foi negligenciado na formulação de políticas públicas até o final do século XX, quando, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, os agricultores familiares puderam ter incentivo público (SILVA, 2012).

Outro recente avanço foi a institucionalização da AF por meio da Lei nº 11.326/2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Reconhecendo a importância do setor, outras iniciativas são instituídas com articulação de políticas públicas para o fortalecimento da AF por meio dos programas de mercado institucional de alimentos, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (SARAIVA et al., 2013).

Apesar dos avanços no tocante às políticas públicas voltadas à agricultura familiar nos últimos anos, muitos desafios ainda devem ser enfrentados, tais como a organização social dos agricultores, a gestão produtiva e o acesso aos mercados (DE PAULA; KAMIMURA; SILVA, 2014). Além disso, a gestão do estabelecimento e a tomada de decisão acontecem de maneira não estruturada e com base no bom senso dos produtores (LOURENZANI et al., 2008), visto que poucos possuem qualificação profissional, conforme aponta o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009).

Com base no contraste entre a importância socioeconômica e os desafios da agricultura familiar, esta pesquisa partiu do seguinte questionamento: Quais são as demandas de gestão e contabilidade para as associações de agricultura familiar na região Amazônica? Para isso, buscou-se analisar o cenário das associações de agricultura familiar nos municípios de Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém e Santa Izabel, a fim de propor soluções como cursos e palestras de gestão e contabilidade para o desenvolvimento de ações sócio-produtivas e de Empreendedorismo Social na região amazônica.

Portanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e qualitativa com a aplicação de um instrumento semiestruturado o qual foi aplicado junto aos membros das associações. O conteúdo coletado foi analisado pela técnica de análise de conteúdo. As demandas identificadas foram direcionadas para os diretores da associação os quais solicitaram cursos para suprir as necessidades identificadas.

Esta pesquisa é apresentada por uma introdução que ora finda, um referencial teórico o qual aborda os temas empreendedorismo social, gestão na agricultura familiar e ações sócio-produtivas, a metodologia, que detalha os procedimentos adotados para alcançar os resultados, análise de resultado que apresenta a análise de conteúdo realizada e as considerações finais que apresenta os principais achados da pesquisa, apresentando também as limitações e direcionando o leitor para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Empreendedorismo Social

O empreendedorismo é associado ao início de um novo negócio (LANG; FINK, 2018), no entanto, o conceito se ampliou e criou outras vertentes, como o empreendedorismo social (DWIVEDI; WEERAWARDENA, 2018). Trata-se de um campo que visa compreender o negócio e o mercado não apenas com a perspectiva do lucro, mas com o potencial de promover a redução das desigualdades sociais (CAMPELLI et al., 2011).

O empreendedorismo social promove ações de impacto local (DWIVEDI; WEERAWARDENA, 2018), tendo em vista o resultado coletivo, capaz de promover o desenvolvimento social, econômico e comunitário (MACKE et al., 2018; OLIVEIRA, 2004). Negócios de propósitos sociais tais como, associações, cooperativas, grupos informais e empresas auto gestoras podem ser considerados empreendimentos sociais (GODÓI-DE-SOUSA; GANDOLFI, P.; GANDOLFI, M., 2011).

No Brasil, este tema (empreendedorismo social) emerge a partir dos anos de 1990 (NEVES; GUEDES; DOS SANTOS, 2010; OLIVEIRA, 2004), em consequência à crescente problematização social, à redução dos investimentos públicos no campo social, ao crescimento das organizações do terceiro setor e das iniciativas voltadas a investimentos sociais promovidos pelas empresas (MACKE et al., 2018).

Na última década o empreendedorismo, vem emergindo e impulsionando novas formas de desenvolvimento social e humano, baseando-se em novos paradigmas de atuação, os quais partem dos anseios e demandas das bases comunitárias (MACKE et al., 2018; MELO NETO; FROES 2002) promovendo debates para tornar sustentável o incremento social e melhorar o bem-estar em ambientes privados de recursos (JIAO, 2011).

Portanto é possível unificar o empreendedorismo social à criação de valor social, que compreende as necessidades não satisfeitas de comunidades privadas de recursos, com foco na inovação social (DI DOMENICO; TRACEY; HAUGH 2010). É uma ação coletiva para integrar o desenvolvimento social. Por meio dessas ações, procura-se solucionar os problemas das comunidades produzindo bens e serviços para as mesmas (ROTHAERMEL; AGUNG; JIANG, 2007).

O foco de buscar soluções para os problemas sociais fica a cargo do empreendedor social que, mediante as necessidades identificadas na comunidade, propõe ações para promover a mudança no ambiente (BIKSE; RIVZA; RIEMERE, 2015). Nesta ação o processo que mensura a performance de suas ações é medido por meio do desempenho que são as atitudes comportamentais dos indivíduos e o número de pessoas alcançadas com o projeto (MELO NETO; FRÓES, 2002).

Para Dolabela (2008), o empreendedor social é alguém que acredita que pode contribuir, e com atos busca alterar a realidade, mesmo sendo novo em sua atual configuração o que decorre de suas capacidades de liderança e inovação. O empreendedor social é um tipo especial de líder, pois suas ideias e inovações, ao invés de serem aplicadas a um produto ou serviço, são utilizadas para busca de soluções para os problemas da comunidade (MELO NETO; FROES, 2002).

Empreendedores Sociais são indivíduos com capacidade de criar soluções inovadoras para os problemas sociais, utilizando ferramentas do empreendedorismo tradicional (empresarial) para criar, dirigir e administrar organizações capazes de impactar na rotina de pessoas (BIKSE; RIVZA; RIEMERE, 2015). O crescente processo de exclusão social, que é identificado em todo o mundo, agravado pelas recentes crises econômicas globais, evidenciado e, chancelado pela incapacidade do poder público em articular políticas públicas são fatores impulsores do surgimento e crescimento de organizações do terceiro setor e do conceito e da prática do empreendedorismo Social (FISCHER, 2002; OLIVEIRA, 2004).

Uma estratégia para driblar as dificuldades inerentes da atividade agrícola é unir-se com outros produtores formando associações (terceiro setor) para poder ser competitivo no mercado. Assim é possível identificar nas associações da agricultura familiar perfis de empreendedores sociais que trabalham em prol do benefício da associação, promovendo mudança na rotina das atividades das pessoas envolvidas no projeto (LANG; FINK, 2018).

2.2 Gestão na Agricultura Familiar

A agricultura familiar é uma atividade passada de geração em geração, na qual a sucessão representa a continuidade do estabelecimento rural familiar (CHISWELL, 2018). Para obter sucesso é necessário que o estabelecimento rural seja administrado como uma empresa, adotando-se critérios e atributos de gestão (SILVA, 2017).

Em geral, as famílias agricultoras são administradas pelos “chefes” das famílias, os quais criam e organizam um sistema de relação de trabalho (BRANDÃO, 1993) baseado nas características da composição familiar (CHAYANOV, 1974).

Porém, há uma carência de técnicas gerenciais nas atividades da agricultura familiar, como a falta de planejamento, falta de controle na gestão financeira, principalmente quanto às despesas e os custos produtivos (LOURENZANI et al., 2008).

Para Frühauf (2014) um dos principais problemas na gestão financeira da agricultura familiar é indistinção entre os gastos pessoais das famílias e os gastos da atividade agrícola. Silva (2017) afirma ser imprescindível o registro sistemático das informações contábeis, mesmo para pequenos estabelecimentos rurais.

A falta de informações financeiras referente à atividade produtiva inviabiliza a análise de custos e a avaliação de desempenho da produção (LOURENZANI; SOUZA FILHO, 2009). Portanto a gestão de indicadores deve ser planejada tendo em vista o retorno almejado e as demandas do mercado consumidor. Neste sentido, as tecnologias de informação principalmente na geração e controle de indicadores de gestão são essenciais para gerar indicadores necessários para tomada de decisão por parte da administração dos estabelecimentos rurais familiares (FERRAZ; PINTO, 2017; SILVA, 2017). Contudo, essa realidade não contempla as características da agricultura familiar, haja vista a existência de uma desconexão entre as habilidades deste público e essas tecnologias (DEPONTI, 2014).

Relatam Lourenzani et al. (2008), que a gestão do estabelecimento rural e a tomada de decisão acontecem de maneira não estruturada e com base no bom senso dos produtores, sendo um dos principais fatores a falta de qualificação profissional, a qual, segundo IBGE (2009) é relativamente alta na agricultura familiar.

A rentabilidade das atividades agrícolas não está mais concentrada no domínio das técnicas de agricultura. No atual cenário, marcado pela competitividade de mercado, a gestão na agricultura familiar ganha destaque (SILVA, 2017). Sendo necessária a profissionalização da gestão familiar, com foco comercial (SIMIONI; BINOTTO; BATTISTON, 2015).

Devido à expansão das redes de supermercados, o mercado para este setor está cada vez mais competitivo, aumentando as exigências em padronização, oferta regular e qualidade, na agricultura familiar (ROCHA JUNIOR; CABRAL, 2016). Na busca de alternativas os agricultores têm-se organizado como associações e cooperativas, com o propósito de se tornarem competitivos frente às demandas atuais do mercado (LIMA; VARGAS, 2015).

Para Silva e Schultz (2017), embora estas entidades sejam oriundas da resistência aos preceitos da economia de mercado capitalista, é necessário que as associações e cooperativas ajustem-se a eles, sobretudo em ambientes mais convencionais, nos quais o alto grau de competitividade inviabiliza economicamente as organizações cooperativistas, como é o caso da agricultura.

Uma alternativa a isso é promover ações sócio-produtivas para inserir as unidades de produção da agricultura familiar no mercado de agroindústrias associativistas, permitindo a redução de atravessadores e de perdas por falta de escoamento e, conseqüentemente, melhores preços devido à agregação de valor aos produtos (ROCHA JUNIOR; CABRAL, 2016). Mas, para isso, Silva (2017) ressalta a importância da capacitação dos agricultores.

2.3 Ações Sócio-produtivas na Agricultura Familiar

As abrangências de ações sócio-produtivas podem ser compreendidas como atos cujos impactos refletem na estrutura social e produtiva de um determinado ambiente. Para Junqueira (2015), organizações sócio-produtivas, como associações e cooperativas de agricultores familiares, possuem um elevado potencial para promover transformações sociais e econômicas no campo.

Segundo Schneider (2016), a agricultura familiar possui papel em destaque na superação da pobreza, na geração de emprego e renda, na segurança alimentar e no desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, a atuação das ações sócio-produtivas da agricultura familiar são efetivas na luta dessas quatro problemáticas socioeconômicas.

Para Silva (2011) a pobreza no campo é oriunda, principalmente, da concentração de riqueza e dos espaços territoriais, representada pelas propriedades latifundiárias. De acordo com FAO (2015), a agricultura familiar possui a capacidade de contribuir de maneira eficaz para a redução da pobreza, uma vez que os produtores familiares têm um papel ativo e estratégico na transformação do espaço rural (SCHNEIDER, 2016). Para isso, é necessário que a agricultura familiar esteja em constante processo de inovação (FAO, 2014).

Já Graziano Neto (2013) afirma que, para promover a redução da pobreza rural, são necessárias políticas agrícolas que fomentem a agricultura familiar para produzir e se desenvolver sustentavelmente. A sustentabilidade gera emprego e renda combatendo a pobreza no espaço rural (BATISTA, 2014).

Segundo a definição adotada pelo Relatório Brundtland (1987), o desenvolvimento sustentável é entendido como “O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. Para Schneider (2016), agricultura familiar possui um potencial estratégico para o desenvolvimento rural sustentável e para manutenção da população nos espaços rurais.

A sustentabilidade desse modelo sócio-produtivo possibilita a manutenção da produtividade, estabilidade financeira, segurança alimentar e a qualidade ambiental dos recursos naturais (ALVARENGA; FERNANDES; CAMPOS, 2011). Atendendo, portanto, à abordagem contábil de sustentabilidade definida por Momo, Araújo e Behr (2018), bem como a Declaração de Johannesburg (2002), a qual estabelece os três princípios que norteiam o conceito desenvolvimento sustentável: o desenvolvimento econômico; o desenvolvimento social e a proteção ambiental.

3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Quanto à natureza, esta pesquisa classifica-se como qualitativa, a qual Godoy (1995) define pelo estudo de determinado fenômeno a partir das perspectivas dos atores envolvidos. Quanto à finalidade, caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, cujo objetivo principal é o desenvolvimento e esclarecimento de ideias em relação a temáticas pouco exploradas (GIL, 2008). Em relação aos procedimentos técnicos, foi adotado a pesquisa participante, haja vista o envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, o que permite a compreensão e explicação dos eventos a partir das observações seus contextos naturais (GIVEN, 2008; MARIETTO, 2011).

Esta pesquisa envolveu a atuação de cinco associações de agricultura familiar da região amazônica, nos municípios de Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belém e Santa Izabel. Para facilitar as ações desenvolvidas durante a pesquisas das associações foram catalogadas obedecendo a criptografia conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias das Associações Participantes

Nome da Associação	Localização / Cidade	Nº Famílias	Sigla
Associação dos Feirantes da Feira do Agricultor Familiar de Abaetetuba	Abaetetuba - PA	70	AAF-1
Associação Parque dos Aracua's do Cafezal	Barcarena - PA	70	AAF-2
Associação dos Produtores Orgânicos do Estado do Pará	Belém - PA	60	AAF-3
Associação Comunidade Bom Jesus	Santa Izabel - PA	80	AAF-4
Comunidade Abacatal	Ananindeua - PA	57	AAF-5
Total		337 Famílias	

Fonte: Elaborado pelos Autores

O total de 337 Famílias foram alcançadas com a pesquisa a qual realizou a coleta de dados em duas etapas, sendo a primeira de janeiro até março de 2018 e contemplou a busca por identificar as demandas das associações. Já a segunda etapa que aconteceu de julho a agosto de 2018 foi realizada com o intuito de identificar o impacto da pesquisa junto as associações. Em ambas as etapas para a obtenção dos dados foi utilizado um instrumento com questões semiestruturadas, o que possibilita tanto respostas objetivas como a utilização de questionamentos adicionais para esclarecer respostas menos evidentes; Além disso, considerou-se as observações dos pesquisadores, haja vista o papel ativo que estes possuem na pesquisa (GIL, 2008).

Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 1977). Portanto, foi realizado a pré-análise com escritura e leitura das entrevistas realizadas. Da exploração do material (realizada na pré-análise), selecionou-se as categorias: Indicadores contábeis; Demandas das comunidades; Empreendedorismo Social; Associativismo e Cooperativismo; Agricultura Familiar. Na segunda etapa de coleta dos dados as categorias estabelecidas foram Dificuldades; Contribuições; Avanços; e Desafios. Os dados foram recortados, de modo a diferenciar as respostas e recolher o que foi relevante para o estudo. O rigor do método proporcionou um diagnóstico da percepção quanto a realidade local (Amazônica) da agricultura familiar, possibilitando identificar as principais demandas das comunidades.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o propósito de transmitir a relevância e o conhecimento contábil, bem como o de gestão, a fim de promover indicadores que servirão de base para a tomada de decisão para os agricultores familiares na região Amazônica, foi desenvolvido na Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará (FACICON/UFPa), com apoio da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX/UFPa) um projeto de extensão interdisciplinar. No total, mais de trezentas famílias foram atendidas diretamente com as atividades executadas pelo programa, proporcionando um impacto social relevante para o desenvolvimento sustentável da região.

Quanto a pesquisa participante realizada, com o conteúdo coletado e transcrito foi possível identificar variáveis Macros dos dados, demandas das associações, ações realizadas, e quais associações foram contempladas com as atividades que atenderam as demandas, conforme é possível identificar no Quadro 2.

Quadro 2 – Demandas x Ações Sócio-produtivas

Macro Categoria	Demandas	Ações	Associação
Agricultura Familiar	Orientar quanto ao acesso, requisitos e etapas dos editais públicos, instruindo-os a participarem do PNAE e PAA; Conscientizar os associados quanto à importância da responsabilidade ambiental.	Curso de Chamadas Públicas; Palestra de Contabilidade Ambiental.	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4.
Indicadores Contábeis	Entender concepção de indicadores de gestão de uma propriedade rural, controlar os gastos, saber o custo de oportunidade em relação ao patrimônio e formar o preço de venda.	Curso de Gestão Financeira e de Planejamento Financeiro Pessoal; Curso de Preço de Venda.	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4.
Associativismo e Cooperativismo	Entender o papel da associação e associado na construção de ações para melhorar a comunidade.	Palestra Sobre Associativismo e Cooperativismo.	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
Empreendedorismo Social	Desenvolver o planejamento de negócios da associação; Motivar as lideranças da comunidade para que possam estar mais presentes na associação.	Oficina de Modelos de Negócios; Participação ativa em articular junto aos associados e promover o espírito do comprometimento na associação.	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4.

Fonte: Elaborado pelos Autores

Ao analisar o Quadro 2 é possível identificar na primeira coluna a Macro Categoria, a qual traz a disposição compacta dos assuntos que tiveram maior destaque no conteúdo analisado das entrevistas, visitas técnicas e dos documentos. A divisão intencional em categorias possibilitou os pesquisadores a instigar os agricultores em identificar e apontar as principais demandas necessárias para cada Macro Categoria.

As Demandas (Quadro 2) são o que os agricultores solicitaram como mais emergente. Nesta etapa da pesquisa foi solicitado aos agricultores apontar o que mais proporcionaria impacto sócio-produtivo nas associações e fomentaria o empreendedorismo, tendo em vista que seriam formulados cursos, palestras e cartilhas para cada demanda da comunidade.

As Ações (Quadro 2) refletem as atividades desenvolvidas junto aos agricultores familiares. Nesta etapa deve-se destacar a participação dos discentes da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Pará – FACICON/UFPA que ao analisar as demandas, comparando-as com os conteúdos das disciplinas já cursadas durante a graduação, propuseram o conteúdo das cartilhas, palestras e cursos, que após revisados, foram disponibilizadas as comunidades. Conforme é possível identificar todas as associações presentes no programa participaram de pelo menos uma das atividades desenvolvidas.

Após o desenvolvimento de ações socio produtivas nas associações, a pesquisa coletou os dados com objetivo de identificar junto aos agricultores quais foram as dificuldades encontradas durante o processo, as maiores contribuições, os avanços identificados e os maiores desafios que estas associações terão nos próximos anos. Portanto o Quadro 3 apresenta os relatos identificados nestas categorias por associação.

Quadro 3 – Avaliação das Ações sócio-produtivas

Avaliações	Relatos	Associação
Dificuldades	A distância geográfica entre seus associados;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Ausência de interesse dos integrantes com a associação;	AAF-2; AAF-3; AAF-4.
	O pensamento individualista dos constituintes;	AAF-1; AAF-2; AAF-3.
	A inserção dos jovens na agricultura, devido a macro concentração em indústrias presentes nas cidades;	AAF-1.
	A persistência “ultrapassada” do pensamento individual dos agricultores;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Lidar com o coletivo;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Obstáculo financeiro;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Falta de apoio governamental.	AAF-1; AAF-2; AAF-4; AAF-5.
Contribuições	Com o auxílio da Universidade a cooperativa tornou-se um “espelho” para outras associações;	AAF-1; AAF-2; AAF-3.
	Ajuda e aprimoramento dos produtos comercializados;	AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	A expansão de conhecimento da associação de agricultores familiar, através da participação de cursos e oficinas;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Junção de conhecimento levado da faculdade por meio dos discentes e docentes da instituição;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Organização da associação;	AAF-1; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Aprimoramento das práticas já realizadas na comunidade.	AAF-1; AAF-2; AAF-4; AAF-5.
Avanços	Conhecimento adquirido pela confraria e o progresso dos membros;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4.
	Maior integração do público feminino nas atividades da associação;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Diversificação dos produtos;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-5.
	Conhecimento adquirido pela integralização dos membros a atividade;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Conscientização da contribuição da associação para os alunos e dos alunos para a associação.	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4.
Desafios	Carência de sapiência quanto a produção, e gestão financeira;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	A falta de conhecimento majoritário da população com relação aos produtos orgânicos;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Articulação coletiva;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	A carência no pensamento cooperativista para dividir tarefas entre os associados;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	A organização da associação;	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.
	Abranger mais regiões para o escoamento da produção.	AAF-1; AAF-2; AAF-3; AAF-4; AAF-5.

Fonte: Elaborado pelos Autores

As categorias, denominadas no Quadro 3 como avaliações, foram de forma induzida propostas pelos pesquisadores para identificar junto às 337 famílias de agricultores pesquisados. Este questionário, que foi aplicado após a realização das oficinas, cursos e cartilhas, teve como objetivo identificar os principais desafios, avanços, contribuições e dificuldades que as ações sócio-produtivas propostas causaram nas associações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o cenário das associações de agricultura familiar na região Amazônica para identificar as demandas destas associações, a fim de propor soluções como cursos, palestras e oficinas de gestão e contabilidade tendo em vista o desenvolvimento de ações sócio-produtivas e atitudes empreendedoras locais.

Com a identificação das demandas necessárias para promover o empreendedorismo social nas comunidades pesquisadas foi possível propor atividades que contribuirão para o desenvolvimento econômico e social da comunidade. Os cursos, palestras e oficinas propostas oportunizaram debates sobre:

Estratégias comerciais por meio de chamadas públicas, contribuindo para identificação de uma nova oportunidade para a comercialização; o curso de chamadas públicas orientou os produtores familiares quanto ao acesso, requisitos e etapas dos editais públicos, instruindo-os a participarem dos programas de mercado institucional de alimentos: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o que possibilitou novas perspectivas e oportunidade para a comercialização dos seus produtos.

Contabilidade Ambiental, abordou a importância da transparência dos processos produtivos, mantendo a essência do extrativismo, sem prejudicar o meio ambiente. A solução desenvolvida em formato de palestra teve como objetivo a conscientização quanto aos impactos ambientais ocasionados pela atividade agrícola, com direcionamento para o desenvolvimento sustentável por meio do uso equilibrado dos recursos naturais, responsáveis por eventos ambientais que impactam na gestão do estabelecimento rural.

Gestão Financeira e Planejamento Financeiro Pessoal, orientando quanto ao uso planejado e responsável do dinheiro, possibilitou aos agricultores compreender a importância, a atuação e como utilizar as ferramentas de planejamento e controle dos recursos financeiros, as quais auxiliam tanto na análise de desempenho da produção e na tomada de decisão, com o objetivo de otimizar o uso dos recursos, quanto na gestão de suas finanças pessoais.

Já a solução de Formação de Preço de Venda, abordou em forma de curso, os fatores relevantes que determinam o preço dos produtos, tais como custos de produção, demanda e concorrência, permitindo que os produtores possam estabelecer o valor de suas mercadorias de forma a assegurar o seu lucro, porém de maneira justa aos demais agricultores, bem como aos consumidores.

Associativismo e Cooperativismo na agricultura familiar, foi outra solução transmitida por meio de palestra que tratou sobre as oportunidades e desafios em organizações do terceiro setor, bem como as diferenças organizacionais e legais entre associações e cooperativas, ressaltando a relevância dessas entidades para o desenvolvimento das comunidades as quais estão inseridas.

Modelos de negócios, enalteceu a importância do empreendedorismo social para a sociedade e para as associações; Esta solução em formato de oficina permitiu a criação de um modelo de negócio – ferramenta visual, flexível, colaborativa e sistêmica – para as associações de agricultura familiar, com base nos princípios e características de um negócio social tendo em vista o desenvolvimento sustentável da associação e da sociedade local.

Portanto, ao analisar o cenário da agricultura familiar nas associações pesquisadas foi possível identificar características que corroboram com as pesquisas de Quintão (2004), as quais apontam a luta contra a pobreza e a exclusão social, o emprego e a inserção socio-profissional e o desenvolvimento local e sustentável como principais potencialidades e características de negócios sociais, como associações e cooperativas. A agricultura familiar, portanto, atua no âmbito dessas três problemáticas, sendo o destaque a papel fundamental na superação da pobreza, na geração de emprego e no desenvolvimento rural sustentável.

A pesquisa demonstrou também quais foram as dificuldades, contribuições, avanços e desafios em propor ações sócio-produtivas direcionadas para desenvolver o empreendedorismo sustentável na amazônica. Deve-se destacar como principal desafio a particularidade da dificuldade dos agricultores com a logística de encontro junto aos demais associados, inviabilizando assim encontros mais frequentes.

Já apontado como uma atitude primordial em empreendimentos do terceiro setor em pesquisas de Lang e Fink (2018) a articulação coletiva entre os associados como forma de driblar as dificuldades de cargos de gestão da associação é tida ainda como um desafio entre os pesquisados. Muitas vezes tida como desculpa logística, o encontro entre os associados permanece sendo um desafio para promover união entre os associados.

Os obstáculos financeiros foram apontados como dificuldade pelas associações entrevistadas, corroborando com a pesquisa de Frühauf (2014), a qual aponta para o problema de distinção entre os gastos pessoais, gastos com a produção e gastos familiares.

O apoio governamental identificado é interpretado por muitos familiares como um bolsa financeira que deveria ser repassada como incentivo do governo. Diferente das políticas públicas identificadas nas pesquisas de Fischer (2002), Oliveira (2004) e Silva (2012), as associações pesquisadas foram enfáticas quanto ao assistencialismo desejado. Para as associações, um valor mensal deveria ser disponibilizado pelo governo para incentivar a permanência na Agricultura Familiar, bem como para garantir o bem-estar social, das comunidades.

A falta de conhecimento e acesso à informação apontados nas pesquisas de Lourenzani e Souza Filho (2009) e Silva (2017) foram identificados na amostra pesquisada no que se refere à dificuldade de tempo para buscar técnicas produtivas, acesso a novos mercados e também de controle profissional das economias da família.

Esta pesquisa apresenta limitações quanto ao tempo de coleta de dados, que apesar de terem sido observados o rigor do método na coleta de dados, com maior tempo resultaria em maior quantidade de dados de outras associações permitindo a comparação entre elas. Como proposta para pesquisas futuras, recomenda-se aplicar em outras comunidades, assim como, avaliar por meio de métricas de mensuração de performance, o resultado das atividades prestadas a fim de descobrir o impacto das ações sócio-produtivas.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Anna Crystina; FERNANDES, Luiz Arnaldo; CAMPOS, Paula Camila de Oliveira. Avaliação de sistemas agroflorestais com base em indicadores de sustentabilidade de determinação rápida e fácil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA, 7., 2011, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ABA-Agroecologia, 2011. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/10635/7233>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, H. R. **Ensaio sobre a redução da pobreza rural: contexto histórico, definição e estimativas**. 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

BIKSE, V.; RIVZA, B.; RIEMERE, I. The Social Entrepreneur as a Promoter of Social Advancement. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 185, p. 469–478, 2015. Elsevier. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1877042815021989>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRANDÃO, Carlos. Rodrigues. Parentes e Parceiros In: ARANTES, Antônio Augusto. et al. **Colcha de retalhos: estudo sobre a família no Brasil**. São Paulo: UNICAMPI, 1993.

CAMPELLI, M. G. L.; FILHO, N. C.; BARBEJAT, M. E. R. P.; MORITZ, G. de O. Empreendedorismo no Brasil: situação e tendências. **Revista de Ciências da Administração**, v. 13, n. 29, p. 112-132, 2011.

CHAYANOV, Alexandre V. **La organización de la unidade econômica campesina**. Buenos Ayres: Visión, 1974.

CHISWELL, H. M. From Generation to Generation: Changing Dimensions of Intergenerational Farm Transfer. **Sociologia Ruralis**, v. 58, n. 2, p. 104-125, jan. 2018.

DE PAULA, M., KAMIMURA, Q., SILVA, J.. Mercados institucionais na agricultura familiar: dificuldades e desafios. **Revista de Política Agrícola**, v. 23, n. 1, p. 33-43 abr. 2014.

DEPONTI, Cidonea Machado. As “agruras” da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes**, Santa Cruz do Sul, p. 9-24, set. 2014.

DI DOMENICO, M., HAUGH, H.; TRACEY, P. Social Bricolage: theorizing social value creation in social enterprises. **Entrepreneurship Theory and Practice**, v. 34, p. 681-703, 2010.

DOLABELA, F. **O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

DWIVEDI, A.; WEERAWARDENA, J. Conceptualizing and operationalizing the social entrepreneurship construct. **Journal of Business Research**, v. 86, p. 32–40, 2018.

FERRAZ, C. O.; PINTO, W. F. Tecnologia da Informação para a Agropecuária: Utilização de Ferramentas da Tecnologia da Informação no Apoio a Tomada de Decisões em Pequenas Propriedades. **RECoDAF – Revista Eletrônica Competências Digitais para Agricultura Familiar**, Tupã, v. 3, n. 1, p. 38-49, 2017.

FISCHER, R. M. **O Desafio da Colaboração**. São Paulo: Gente, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Enhancing the Potential of Family Farming for Poverty Reduction and Food Security through Gender-Sensitive Rural Advisory Services**. Rome, 2015.

_____. **The State of Food and Agriculture 2014: Innovation in family farming**. Rome, 2014.

FRÜHAUF, A. R. **Gestão financeira e produtiva do empreendimento rural: uma análise da propriedade Frühauf**. 2014. Monografia (Graduação em Administração - LFE Administração de Empresas) – Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVEN, L. M. **The Sage encyclopedia of qualitative research methods**. v.1, ed. 2. California, SAGE Publications, 2008.

GODÓI-DE-SOUSA, E.; GANDOLFI, P. E.; GANDOLFI, M. R. C. Empreendedorismo Social no Brasil. Um Fenômeno de Inovação e Desenvolvimento Local. **Revista Dimensão Empresarial**, v. 9, n. 2, p. 22-34, 2011.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, 1995.

GOMES, M. J. M. Muito além da subsistência: a agricultura familiar e sua produção nas mesas e na economia do país. **Tecnologia & Inovação Agropecuária**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 4-6, dez. 2008.

GRAZIANO NETO, Francisco. Recolocando a questão agrária. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. 2. Ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; DI SABBATO, Alberto. Existe na agricultura brasileira um setor que corresponde ao “family farming” americano?. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 85-104, 2014.

HURTIIENNE, Thomas Peter. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006 - Agricultura Familiar: Primeiros Resultados**. Rio de Janeiro, 2009.

JIAO, Hao. A conceptual model for social entrepreneurship directed toward social impact on society. **Social Enterprise Journal**, v. 7, n. 2, p. 130-149, 2011.

JUNQUEIRA, I. B. **A análise do processo de organização do grupo “Direto da Roça”: estudo de caso em uma organização socioprodutiva no município de Itajubá-MG**. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2015.

LANG, R.; FINK, M. Rural social entrepreneurship: The role of social capital within and across institutional levels. **Journal of Rural Studies**, 2018.

LIMA, F. A. X.; VARGAS, L. P. Alternativas socioeconômicas para os agricultores familiares: o papel de uma associação agroecológica. **Rev. Ceres**, Viçosa, v. 62, n. 2, p. 159-166, Abr. 2015.

LOURENZANI, W. L.; PINTO, L. B.; CARVALHO, E. C. A.; CARMO, S. M. A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da Alta Paulista. **Revista Ciência em Extensão**, v. 4, n. 1, p. 62-76, 2008.

LOURENZANI, W. L.; SOUZA FILHO, H. M. Gestão integrada para a agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H. M.; BATALHA, M. O. **Gestão integrada da agricultura familiar**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

MACKE, J.; SARATE, J. A. R.; DOMENEGHINI, J.; SILVA, K. A. DA. Where do we go from now? Research framework for social entrepreneurship. **Journal of Cleaner Production**, v. 183, p. 677–685, 2018.

MARIETTO, M. L. **Estratégia como Prática: Um estudo das práticas da ação estratégica nas MPes situadas em clusters comerciais competitivos**. 2011. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Centro Universitário Campo Limpo Paulista, Campo Limpo Paulista, 2011.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Empreendedorismo social: a transição para a sociedade sustentável**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MOMO, F. S.; ARAUJO, M. V.; BEHR, A. Contabilidade e Sustentabilidade nos ENANPADS: 2010-2016. **ReA UFSM**, v. 11, Edição Especial, p. 505-517, 2018.

NEVES, Edson Oliveira; GUEDES, Cezar Augusto Miranda; DOS SANTOS, Kléber Carvalho. Empreendedorismo social e sustentabilidade: um estudo de caso sobre o projeto “mulheres em ação jogando limpo com a natureza” do IFNMG. **Revista da FAE**, v. 13, n. 2, p. 1-14, 2010.

OLIVEIRA, E. M. Empreendedorismo social no Brasil atual configuração, perspectivas e desafios: notas introdutórias. **Revista da FAE**, v. 7, n. 2, p. 9-18, 2004.

QUINTÃO, C. desenvolvimento local da comunidade as quais estão inseridas. In: SEMINÁRIO TRABALHO SOCIAL E MERCADO DE EMPREGO, 2004, Porto. **Anais eletrônicos...** Porto: U.PORTO, FLUP, 2004. Disponível em: < <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/54371>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

ROCHA JUNIOR, C. J. G.; CABRAL, R. M. O Processo de Transição de Empreendimentos Rurais Tradicionais para as Agroindústrias Associativas no Estado de Pernambuco: Desafios para Construir Competências Empreendedoras. **Gestão & Regionalidade**, v. 32, n. 94, p. 68-83, 2016.

ROTHAERMEL, F. T.; AGUNG, S. D.; JIANG, L. University entrepreneurship: A taxonomy of the literature. **Industrial and Corporate Change**, v. 16, n. 4, p. 691–791, 2007.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUZA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da Agricultura Familiar na América Latina e no Caribe. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. 3, p. 11-33, out. 2016.

SILVA, C. M. V.; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 44, p. 23-38, 2017.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. **Revista Katálýsis**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 155-163, mar. 2011.

SILVA, S. A. D. A Importância da Gestão nas Pequenas Propriedades Rurais. **Revista Acadêmica Conecta FASF**, v. 1, n. 2, p. 272-285, 2017.

SILVA, Sandro Pereira. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha – MG**. Brasília: IPEA Textos para discussão 1693, 2012.

SIMIONI, F. J.; BINOTTO, E.; BATTISTON, J. Informação e Gestão na Agricultura Familiar da Região Oeste de Santa Catarina. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 3, p. 152-177, dez. 2015.

UNITED NATIONS. **Our Common Future**. 1987.

_____. **The Jeohannesburg Declaration on Sustainable Development**. 2002